



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 11/04/2024. Publicação: 12/04/2024. Nº 067/2024.

ISSN 2764-8060

CONSIDERANDO que o art. 5º, caput, do Ato Regulamentar nº 11/2022 que dispõe sobre o Regimento Interno das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís, estabelece que a atividade extrajudicial cível, no plano de atuação da Promotoria Distrital, sem prejuízo do recebimento e registro de notícias de fato por qualquer meio possível, iniciar-se-á ordinariamente por escuta social, na forma de audiência pública, para a coleta de notícias de fato de danos emergentes e de políticas públicas deficitárias relativas à área de atuação da unidade, tanto acerca de interesses coletivos lato sensu quando de interesses individuais indisponíveis, recaindo essa rotina pelo menos uma vez por ano em 3 (três) bairros do Distrito, de forma a garantir a participação na escuta social do máximo de beneficiários dos bairros adjacentes ao local da escuta, que componham o polo;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar escuta social, por meio de Audiência Pública, para efetivar o plano de atuação da 55ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (6º Promotor Distrital da Cidadania - Polo Cidade Operária), para o biênio 2023/2024;

CONSIDERANDO, ainda, que as instituições públicas devem prestar contas de suas atividades à sociedade.

Convoca Audiência Pública a realizar-se no dia 14 de maio de 2023 às 18h00, no Centro de Ensino Maria José Aragão, localizado Rua 205 SE, s/nº, Unidade 205, Cidade Operária, nesta capital, com o escopo de coletar demandas individuais indisponíveis e coletivas.

A disciplina e a agenda da audiência pública seguirão as seguintes etapas:

A abertura da audiência pública se dará às 18h00 pelo Promotor de Justiça que fará a explicação sucinta aos participantes acerca da natureza dos interesses coletivos lato sensu e individuais indisponíveis, cuja defesa esteja inserida nas atribuições da 55ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (6º Promotor Distrital da Cidadania - Polo Cidade Operária).

Em seguida, a palavra será assegurada aos cidadãos presentes que se inscreverem no início do evento, pelo prazo de até 3 (três) minutos para cada intervenção, com o objetivo de coletar as demandas coletivas do distrito.

Após, será realizada anotação sucinta de todas as notícias de fato acerca dos interesses individuais indisponíveis que sejam de atribuição da 6ª Promotoria de Justiça Distrital.

Ao final, será apresentada em 20 (vinte) minutos uma avaliação geral das contribuições obtidas na audiência pública e os encaminhamentos pertinentes.

Os trabalhos deverão encerrar-se às 22h00.

Divulgue-se o presente edital.

São Luís/MA, data da assinatura eletrônica

assinado eletronicamente em 11/04/2024 às 11:14 h (*)

JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA JUNIOR
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

TC-1ªPJESLZ – 122024

Código de validação: FFDB97C322

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref. ao Procedimento Administrativo nº 42/2021 (SIMP: 000806-509/2021)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por sua subscritora promotora de justiça Doracy Moreira Reis Santos, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social do Termo Judiciário de São Luís, doravante denominado COMPROMITENTE, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação constitucional e infraconstitucional aplicáveis; e o INSTITUTO TRANSFORMAR, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 32.304.118/0001-08, com sede na Rua das Juçaras, s/n, sala 909, Condomínio Executive Lake, Jardim Renascença, São Luís/Ma. CEP nº 65075-230, telefone: (98) 991677161, e-mail: institutotransformar.it@gmail.com, neste ato representado pelo presidente senhor KLAUBER DE ARAÚJO SOUZA AZEVEDO, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob o nº 439.939.073-53, residente na Rua das Palmeiras, casa nº 05, Quadra A, Jardim Renascença, São Luís/MA, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, nos autos do Procedimento Administrativo nº 42/2021 (SIMP 000806-509/2021) neste ato acompanhado da advogada Karyn Laísa Pereira Azevedo, inscrita na OAB/MA sob o nº 17.668, com escritório localizado na Avenida Colares Moreira, Edifício Multiempresarial, sala 111, Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP 65.071-441, celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC, mediante as condições abaixo descritas:

CONSIDERANDO que as entidades de interesse social são todas aquelas associações e fundações sem fins lucrativos que apresentam em seus estatutos sociais objetivos de natureza assistencial e social e que visam atender aos interesses da coletividade nas áreas de educação, saúde, cultura e assistência social, dentre outras;

CONSIDERANDO que as associações e fundações sem fins lucrativos, pertencentes ao terceiro setor, são fiscalizadas pelo Ministério Público tanto de forma prévia, quando aprova a alteração do estatuto social das entidades fundacionais, quanto de forma finalística, quando expede os Atestados de Existência e Regular Funcionamento previsto tanto no Decreto Municipal de São Luís (MA) nº 51.312/2018 como no artigo 12 da Lei Federal nº 1.493/1956, que estabelece as condições para o pagamento de subvenções às

6



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 11/04/2024. Publicação: 12/04/2024. Nº 067/2024.

ISSN 2764-8060

instituições privadas que não visem à distribuição de lucros ou dividendos a seus participantes e que promovam a educação, o desenvolvimento da cultura, da defesa da saúde, da assistência médico-social e do amparo social da coletividade;

CONSIDERANDO que o Instituto Transformar é uma entidade sem fins lucrativos, assistencial e educacional, tendo por finalidade, segundo sua norma fundante, desenvolver atividades dirigidas a(ao) ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, dentre outros objetivos presentes no art. 2º e seguintes presentes no Estatuto Social.

CONSIDERANDO que o acompanhamento e a fiscalização das entidades sem fins lucrativos são realizados pelo Ministério Público através do processo de aferição da regularidade da sua existência e do seu regular funcionamento, no qual são analisados documentos jurídicos, fiscais e contábeis e, também, inspeção in loco na sede da Entidade, a fim de observar o cumprimento das finalidades estatutárias e a relevância do seu trabalho social à comunidade ao qual está inserida.

CONSIDERANDO que o presente Feito foi instaurado mediante distribuição de uma denúncia sigilosa protocolada perante a Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, na qual foi informado que a Entidade vinha sendo contempla em vários contratos celebrados no Município de São Luís por meio de dispensa de licitação sendo que para tanto não possuía o Atestado de Existência e Regular Funcionamento expedido pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

CONSIDERANDO que no trâmite legal deste feito, foi constatado uma série de irregularidades ligadas à gestão da Entidade, tais como:

a) Após visita institucional realizada constatou-se que o Instituto Transformar não se caracteriza, na prática, como Entidade Privada sem fins lucrativos, exercendo prioritariamente, atividades de cunho empresarial através da gerência de recursos advindos de contratos licitatórios para o fornecimento de mão de obra qualificada, confundindo, ainda, a função de associado com a contratação e registro de profissionais da saúde e/ou colaboradores;

b) Após análise da prestação de contas dos exercícios de 2019 a 2021, através dos Pareceres Técnicos Contábeis nº 003/2023 e 96/2023 – AC, opinou-se o “INSTITUTO TRANSFORMAR” OBTEVE SUCESSIVOS SUPERÁVITS DURANTE OS EXERCÍCIOS EXAMINADOS, dos quais os valores foram incorporados no Patrimônio Social Líquido sem que houvesse a correta e necessária destinação dos mesmos no desenvolvimento/realização de projetos vinculados às diretrizes estatutárias da Entidade. Verificando, portanto, não só incongruências nos instrumentos apresentados pela Entidade, como manifestado quando da DESAPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, restando comprovado que o Instituto não atendeu a aspectos relevantes e essenciais, contempladas nas Normas Brasileiras de Contabilidade;

c) Ausência de Plano de Trabalho para execução dos projetos sociais a serem desenvolvidos pela Entidade; CONSIDERANDO, ainda, que tramita neste Órgão de Execução a Notícia de Fato nº 36/2024-SIMP:012052-500/2024, por meio da qual a Entidade requereu a emissão do Atestado de Existência e Regular Funcionamento, expedido pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, visando credenciar o Instituto perante os Órgãos Públicos locais para o recebimento de recurso públicos.

CONSIDERANDO, por derradeiro, que durante toda a instrução procedimental, não obstante as irregularidades evidenciadas, constatou-se a importância do COMPROMISSÁRIO para a execução de saúde pública para população maranhense, que tanto necessita de apoio nessa área. Assim, busca-se, através do presente Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta a regularização de aspectos do COMPROMISSÁRIO, visando uma melhoria na prestação dos serviços de saúde no Estado do Maranhão, assim como se regularize como uma Associação sem fins lucrativos.

Assim, ambas as partes RESOLVEM:

I. DO OBJETO:

O presente Termo de Ajustamento de Conduta visa oportunizar ao Instituto Transformar, prazo para:

- 1) Proceder com a regularização contábil;
- 2) Convocar, como expresso em sua norma fundante, associados, de modo que os profissionais que exercem atividade junto à Entidade possam compor seu quadro associativo, nas diversas categorias dispostas no Estatuto Social, redefinindo as mesmas, visando a tecnicidade e finalidade da atribuição de cada associado;
- 3) Proceder à regularização dos quadros diretivos e do Conselho Fiscal da Entidade, devendo os demais órgãos serem expressos no respectivo Estatuto Social;
- 4) Realizar ordinariamente e extraordinariamente, quando necessário, assembleia geral com seu quadro associativo, visando debater dentre os temas a eleição e posse de seus membros e a prestação de contas anual, após análise e parecer prévio emitido pelo Conselho Fiscal da Entidade;
- 5) Desenvolver projetos sociais voltados aos seu quadro associativo, conforme expressamente disposto na norma fundante da Entidade.

II. DAS CONDIÇÕES DO CUMPRIMENTO:

Art. 1º – O COMPROMISSÁRIO reconhece as irregularidades descritas alhures, sem prejuízo de outras nesse ato não citadas, razão pela qual, objetivando a reparação das desconformidades apresentadas, comprometendo-se em proceder com a correta regularização, notadamente nos itens já descritos.

§1º – Objetivando a reparação das desconformidades citadas no item I deste Termo, o COMPROMISSÁRIO, deverá apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 90 (noventa) dias, comprovar o cumprimento do presente Termo, cuja vigência é a partir da assinatura deste e sua publicação

§2º – Incidirá ao COMPROMISSÁRIO, o pagamento de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescida de juros e correção monetária, adotando-se para tanto os índices utilizados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, para correção dos débitos judiciais, até o adimplemento total da obrigação, sem prejuízo da ação de execução da Obrigação de Fazer;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 11/04/2024. Publicação: 12/04/2024. Nº 067/2024.

ISSN 2764-8060

§4º A multa prevista no presente Termo será aplicada sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas que forem cabíveis, devendo ainda ser atualizada monetariamente no momento de seu pagamento judicial ou extrajudicial e destinada ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos, instituído por Lei N.º 10.417/2016;

Art. 2º – Em vista do acordo celebrado entre as partes, e visando prevenir prejuízo ao compromissário, como medida cautelar, deverá ser expedido nos autos da Notícia de Fato nº 36/2024-SIMP:012052-500/2024, o Atestado de Existência e Regular Funcionamento Provisório, com validade de 90 (noventa) dias, aguardando-se o cumprimento das condições expressas no supracitado art. 1º deste Termo;

Art. 3º - O cumprimento deste Acordo será fiscalizado pela COMPROMITENTE e na sua ausência ou afastamentos legais, tal atribuição competirá àquele que vier a substituí-la no exercício de suas atribuições à frente desta 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social do Termo Judiciário da comarca da ilha de São Luís, sendo permitido o acesso aos dados relacionados ao cumprimento das obrigações, não inibindo e nem restringindo nenhuma de suas atribuições constitucionais e legais;

Art. 4º-O prazo estabelecido no §1º, do art. 1º, poderá ser prorrogado por igual período, a requerimento do Compromissado;

Art. 5º - As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no foro do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís/MA;

Art. 6º - Por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente Termo que se consubstancia com título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 e demais dispositivos legais pertinentes.

São Luís/MA, 11 de abril de 2024.

INSTITUTO TRANSFORMAR
KLAUBER DE ARAÚJO SOUZA AZEVEDO
Presidente

KARYN LAÍSA PEREIRA AZEVEDO
Advogada OAB/MA nº 17.668

Testemunhas:
Nome: Aldecy Ribeiro Cantanhede
CPF nº 147.759.993-20

Nome: Dayane Silvia Oliveira Costa
CPF: 060.672.653-54

assinado eletronicamente em 11/04/2024
DORACY MOREIRA REIS SANTOS
Promotora de Justiça

Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior

CAROLINA

REC-PJCAR - 32024

Código de validação: 1662B533F2

RECOMENDAÇÃO Nº 03-2024-PJCAR

Recomendação que faz o MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por seu Promotor de Justiça da Comarca de Carolina-MA, ao Governador do Estado do Maranhão, Sr. Carlos Orleans Brandão Júnior e ao Secretário Estadual de Educação, Sr. Felipe Costa Camarão que providenciem as condições necessárias e adequadas aos estudantes do Centro de Ensino Luzia Aires Maranhão - CELAM, em Carolina-MA, localizado na Avenida Adalberto Ribeiro, nº 486, centro, neste município, pelas razões a seguir expostas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do Promotor de Justiça signatário, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, incisos II, III e IX, da Constituição da República, art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93 e demais dispositivos pertinentes à espécie;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, CF);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias